



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, 08 DE OUTUBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 180ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Lúcio Machado.

Às quatorze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Aragão de Mattos Leão, Jurandir Messias, Fuad Nacli, Otássio Pereira, José Domingos Scarpelini, e David Federmann (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Paulo Camargo, Maurício Fruet e Alfredo Gulin (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Em Discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 171/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 147/74, de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria da Educação e Cultura, criar e instalar cursos de 1º e 2º grau, em Santa Cruz, município de Catanduvas. Parecer da CCJ., pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. — Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 181ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 8 DE OUTUBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Fabiano Braga Cortes e Trajano Bastos.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Adalberto Daros, Antonio Facci, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso,

Francisco Escorsin, Fabiano Braga Cortes, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Aragão de Mattos Leão, Jurandir Messias, Fuad Nacli, Otássio Pereira, José Domingos Scarpelini, e David Federmann (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Paulo Camargo, Maurício Fruet e Alfredo Gulin (3).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jurandir Messias, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 83/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer a V. Exa., após ouvido o plenário, se digne encaminhar ofícios ao Exmo. Sr. Ministro do Transporte, ao Exmo. Sr. Governador do Estado, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes e ao Exmo. Sr. Diretor do DNER, no sentido de encarecer-lhes providências no sentido de urgenciar a retomada e ultimização dos trabalhos de pavimentação da Rodovia que liga CASCAVEL a CAMPO MOURÃO, trecho entre Cascavel-Corbélia-Rio Piquiri, os quais se encontram paralizados.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

a) FIDELCINO TOLENTINO

JUSTIFICATIVA:

A referida rodovia tem sido alvo de exaustivas reivindicações por parte de quantos o povo do oeste paranaense outorga mandatos, sobretudo nos últimos 12 anos, a partir de quando o acentuado e espantoso crescimento e desenvolvimento sócio-econômico regional tem despertado interesse nas áreas oficiais.

O surto de incontestável progresso integrado dos centros urbanos e do setor agro-industrial tem se imposto como fator prioritário da aplicação de recursos e obras públicas, despertando nos governos atenções especiais para dinamizar a iniciativa privada e garantindo aos poderes constitucionais a certeza da melhor inversão de verbas públicas.

Os resultados da presente ainda precária das obras rodoviárias na região, despertou o interesse da coletividade e motivou a valorização e o uso efetivo e racional das férteis glebas de terra, alcançando ofertas a preços especulativos.

Todavia, neste momento de crepuscular e duvidoso caminho por que passa a economia privada da zona rural paranaense e que reflete direta e indiretamente na economia estatal, é ponde-

rável que o governo federal derrame copiosa atenção às estradas desta unidade federativa.

Não se compreende que nesta hora de tristeza e desalento porque passa o Paraná geado, acometido de seca e posterior granizo, e agora de iminentes enchentes, não receba atenções especiais do Ministério de Transportes no sentido de levar a cabo a estrada em causa.

Sabemos das razões que acometeram a empreiteira da obra desse trecho, a qual, segundo voz corrente, teria sido vítima de processo falimentar, provavelmente por retardamento nos pagamentos de faturas por obras executadas.

Sem entrar no mérito desses informes, entende-se que o interesse da coletividade deve ser posto a salvo e a bom tempo, razão pela qual solicitam-se as adequadas providências no sentido de urgenciar a concretização daquela estrada, o que viria de encontro com a ordem pública e o bem estar geral.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer, após manifestação do plenário, seja endereçado ao Exmo. Sr. Presidente da República, apelo no sentido de que seja revogada a pena de morte e convidado o Governo Espanhol a adotar a mesma medida, como prova de que realmente somos países onde o cristianismo não é apenas doutrina, mas prática de vida.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, por excelência é um país cristão e como tal, contrário a todas as violências à criatura humana. Somos por princípio e vocação um povo voltado para a liberdade e nossa vocação democrática não admite as investidas contra os direitos humanos.

Hoje, o Brasil, deve tomar, como as demais nações, uma posição com o que vem acontecendo na Espanha, sem qualquer interferência na autodeterminação daquela nação, mas em defesa dos postulados básicos da declaração dos direitos humanos. O Brasil adota, na Lei de Segurança Nacional, a pena de morte. Neste momento psicológico em que toda a humanidade aguarda da histórica Espanha um posicionamento mais humano, seria de fundamental importância que o Brasil desse o magnífico exemplo, revogando a pena de morte e convidando a Espanha para que se incorporasse nessa campanha que teria o objetivo de despertar em todo o mundo a abolição deste pena. Com tal posição, reconquistaria o Brasil, no conceito das nações o respeito que sempre nos foi devido, como povo democrático e intransigente defensor dos direitos humanos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto plenário, requer seja oficiado ao Exmo. Sr. Secretário do Interior, que autorize a TELEPAR instalar um posto na sede do município de Bituruna, Com chuvas costuma acontecer, constantemente, a queda de barreiras na estrada que liga União da Vitória à Bituruna.

O município, fica sem nenhuma possibilidade de comunicabilidade à sua locomoção ou comunicação.

Bituruna, merece ser atendido por ser um dos municípios do Paraná com suas terras ainda cobertas de matas virgens.

Sua população não pode sofrer por falta de planejamento dos órgãos competentes do Governo.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, da Comissão Executiva, a distribuição diária e antecipada aos Senhores Membros da Casa, de cópias das Atas a serem votadas durante sessão, a exemplo do que se faz com a Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 142/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado no município de Iporã, Comarca de mesmo nome, Distrito Administrativo e Judiciário, com as seguintes divisas: Distrito Administrativo e Judiciário de VILA NILZA, inicia na Foz do Rio Iporã, sobe por este até encontrar a linha que divide as Glebas Xambrê e Sinop, segue por uma linha seca aproximadamente 6.000 m até o córrego do Gavião, desce por este até a sua Foz no Rio Xambrê, e por este até o Rio Piquiri e por este o ponto de partida do Rio Iporã.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

O distrito, ora a ser criado de Vila Nilza, acha-se encravado na Comarca de Iporã. Por sua pujança, desenvolvimento, está amparado pela Lei, porque possui todos os requisitos. Vila Nilza, possui mais de 3.000 eleitores, Ginásio-Grupo Escolar, 10 Escolas Isoladas, mais de 500 casas na sede do patrimônio, indústrias — Luz Elétrica da Copel etc...

A solicitação da criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Vila Nilza, é uma aspiração da população daquela região, tão rica e promissora.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho dois assuntos ligeiros para tratar neste Pequeno Expediente.

O primeiro é encaminhar à Mesa um requerimento ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Transportes; ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, ao Senhor Presidente do DNER, ao Secretário de Transportes deste Estado, no sentido de levar a efeito a construção do trecho de pavimentação rodoviária da rodovia que liga Cascavel a Campo Mourão, especialmente na parte entre o Rio Piquiri e Cascavel, que se encontra paralisado desde as primeiras horas de sua iniciação.

Segundo informações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que temos recebido, as empresas, ou as contratadas empreiteiras para executar aquela obra, sofreram processo falimentar, e por conseguinte, deixaram de promover, obviamente, a execução do contrato daquela rodovia.

E isso vem causando sérios prejuízos ao próprio desenvolvimento regional, angustiante, sofrido, desde os primórdios da civilização que ali se plantou. E agora, de modo especial, através das obras do Governo Federal, o surto de progresso não só é incontestável, mas iminente, e requer a presença imediata dos poderes públicos, para ultimar as obras rodoviárias, sobretudo da rodovia que liga Cascavel a Campo Mourão.

Não se compreende, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aquela rodovia ainda fique à mercê de injunções burocráticas para levar a efeito a sua execução com a presteza que a região e o progresso daquele setor do Estado exige, pede, e pede muitas vezes de modo patético.

A segunda parte da nossa vinda a esta tribuna é para alertar e trazer alguns informes rápidos e ligeiros a respeito da filosofia, ou da pretensa filosofia do Governo ao encaminhar o projeto de Orçamento Plurianual.

Não se pode compreender, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que enquanto a cifra prevista para este triênio, no setor educacional, seja de 5 bilhões, 289 milhões e 549 mil cruzeiros, representando um acréscimo de 55 por cento, em tese, do orçamento plurianual previsto no ano passado.

Por outro lado, as Comunicações tiveram uma baixa de um mil, 612,3 por cento, acreditamos que em função da evasão do sistema de telecomunicações do Estado do Paraná.

Mas, o comparativo que mais assalta a nossa preocupação é o que se refere a uma verba de 5 bilhões e meio de cruzeiros para ser aplicado, em 76, em adaptações nas instalações do Palácio do Governo. E, para o triênio está prevista a verba de 21 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, para realização de obras pertinentes ao Palácio do Governo.

Não se pode compreender que seja a Educação contemplada, neste triênio, com 5 bilhões e 300 milhões, em números redondos, e o Palácio, com 21 bilhões e 500 milhões. Não se pode entender que tipo de filosofia está sendo implantada pelo programa orçamentário, principalmente nesta hora de angústia e de sufocamento da agricultura do Estado do Paraná, que cresceu apenas 65 por cento.

Esta é alusão rápida e ligeira que queríamos fazer para chamar a atenção de quantos Excelentíssimos Srs. Deputados que estão a estudar o Orçamento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "Do cenário cultural artístico paranaense ressalta-se a Associação Coral Adventista de Curitiba (ACAC) composta de dois corais, sendo um formado por jovens de 14 a 20 anos e o outro constituído de elementos de 15 a 45 anos de idade, somando 80 pessoas, a maioria jovens estudantes.

Estes conjuntos têm se apresentado em várias cidades do Paraná e de outros Estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. O Grande Coral da Associação participou, também, por três vezes consecutivas, do Festival Internacional de Coros em Porto Alegre, Capital do Rio Grande do Sul, como único representante do Estado do Paraná, tendo se destacado entre os primeiros colocados.

Destaca-se, especialmente, de sua folha de atividades, a participação em várias comemorações cívicas, concertos oficiais em teatros, promoções culturais em praças públicas, como a realizada em 4 do corrente na Praça Afonso Botelho, por iniciativa da Fundação Cultural de Curitiba, além de solenidades no Palácio Iguauçu.

Recentemente a Associação foi convidada para abrilhantar um Congresso Pró-Temperança promovida pela Igreja Adventista do 7º Dia em Salvador — Bahia, cuja programação recebeu o apoio da Fundação Cultural do Estado da Bahia, que sendo informada da presença do coral naquela Capital, solicitou a apresentação de um concerto no Teatro Castro Alves, visando proporcionar maior intercâmbio cultural entre jovens dos Estados da Bahia e Paraná.

Do roteiro da viagem, que terá início amanhã às 21 horas, constam também outras cidades em que o Coral fará apresentações oficiais, tais como Volta Redonda, Rio de Janeiro e Vitória.

Consequentemente, será divulgado o nosso acervo musical trabalhado de forma profissional, embora os componentes dos corais sejam amadores.

É, pois, com satisfação que registramos esta atividade da Associação Coral Adventista de Curitiba, notadamente na promoção da cultura artística da nossa terra, aos patrícios da região Este e Centro-Este do Brasil".

Era só.

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna no dia de hoje no Grande Expediente, para, nesta oportunidade, tributarmos ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, General Alcindo Pereira Gonçalves, os nossos respeitos pela atenção que tem dado aos requerimentos, todos eles, aprovados nesta Assembléia, com referência a problemas ligados a polícia de nosso Estado.

Na semana passada requeremos àquela Secretaria providências no sentido de que se fizesse uma Comissão de Sindicância para resolver problemas e apurar fatos relacionados às denúncias que chegaram às nossas mãos, em forma de abaixo assinado, da localidade de Santo Antonio da Platina, relativamente a existência de um clube clandestino mantido, subvencionado e garantido seu funcionamento pelo chefe do destacamento policial daquela localidade com a conivência do delegado de polícia.

O inquérito está sem efeito. Porém, mais uma vez, o mesmo erro está sendo cometido é que um soldado da polícia hierarquicamente está em nível inferior ao dos indicados para inquirilos, ocorrendo, desta feita, a quebra de condições necessárias para o levantamento fiel, justo e isento de qualquer influência dos apresentados à Comissão de Sindicância deste Estado.

Recebemos, datado do dia 3 do corrente mês, carta de um dos intimados a prestar declarações à Comissão de Sindicância já instalada. Este expediente retrospecto a falta de honestidade que o fato requer. Vemos, neste expediente, constar o seguinte:

"Sr. Deputado:

Em data de hoje me dirigi à Delegacia de Polícia, face a intimação recebida para lá comparecer.

Em data e hora marcadas me fiz presente ao chamado sem saber, entretanto, do que se tratava.

Acontece, porém, que quando cheguei lá informaram-me que havia uma Comissão de Sindicância da Secretaria de Segurança Pública para apurar fatos ligados às denúncias feitas por V. Exa., com referência a bailes que vinham se realizando na Vila Ribeiro, deste município.

Fui levado a uma sala onde se encontrava o delegado local e um segundo tenente, presume-se seja de outra localidade.

Inicialmente mandou-me sentar e perguntou-me se havia dado tiros em um dos bailes promovidos pelos denunciados e por V. Exa.

Respondi: a uns dois meses passados, passando pelo local do referido clube em companhia de um parente que mora fora da cidade, chegamos ao local para ver. Como se trata de um local onde se encontrava reunida toda espécie de pessoas marginalizadas, isto por volta da 1,00 hora da madrugada, também bebi um pouco e resolvi tirar uma das damas, para dançar, não demorou muito e apareceu um cidadão à paisana mas que eu sei ser policial sediado na vizinha cidade de Jacarezinho, que, me empurrou e esbofetou a mulher; daí eu revidei, também esbofetei, vindo, em seguida, a polícia em número de 7, fardados 5 e 2 à paisana, me empurraram para fora, fui ao meu carro e, em seguida, desferiram sobre mim uma rajada de balas.

Não contente e não satisfeito, o chefe do inquérito, que se encontrava em minha cidade para apurar fatos no clube clandestino por mim denunciado, "habitué" dos marginais, das prostitutas e mantido pelo chefe do destacamento de polícia, perguntou-me após a minha narrativa, (diz o missivista):—

Se o Sr. quizer mudar a sua declaração sobre o esclarecido, poderá voltar aqui amanhã, pois poderemos deixar sem efeito

esta, é fazer outra ou mesmo modificar o seu depoimento; ao deixar a sala, Sr. Deputado, o delegado de polícia, tenente Mariei me acompanhou até a porta e me disse, em termos amigos, o seguinte:

Todas as pessoas que foram ouvidas até agora, são favoráveis à continuação do baile e, que ele, delegado, tinha quase a certeza que o baile haveria de continuar a se realizar; respondi ao tenente:

O depoimento que eu dei foi ameno, a fim de não prejudicar o Sr. e o chefe do destacamento, porque, no ato dos acontecimentos gerados com minha pessoa naquele local e naquela oportunidade, procurei o Sr. duas vezes, para registrar a queixa; como não lhe encontrei, falei com o tenente chefe do destacamento, que me disse estar respondendo pelo gabinete do delegado. E eu queria receber, queria abertura do Inquérito e consequentemente receber o conserto do carro e pneus furados pelas balas da polícia. Me fizeram um verdadeiro tiroteio naquele episódio do baile, ao que me pediu, o sub-tenente, que, deixasse como estava, que ele iria chamar a atenção dos seus comandados, aqueles que promoveram o tiroteio contra o veículo, e, que ele pagaria as despesas que houvesse, o que entretanto, até agora não pagou coisa nenhuma. E acrescentou: se eu registrar a queixa o clube será fechado, disse o sub-tenente e, se isto acontecer eu serei prejudicado em meus rendimentos. A minha família é grande e aquilo me produz lucros, amenizando um pouco as minhas necessidades nas despesas. E me aconselhou a esperar o pagamento dos prejuízos e não ir mais naquele local, porque, como pessoa honrada não devida estar se expondo a perigos que ali acontecem constantemente, em cada função.

Em seguida, disse-me o chefe do destacamento policial sobre o depoimento anterior feito ao tenente, um pouco confuso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a missiva do denunciante: e entretanto ele disse: esclarece ao Sr. Delegado de Polícia que na data da ocorrência, quando metralharam o seu automóvel, em número de 10 policiais armados, na oportunidade de uma das funções do Inferninho por mim denunciado aqui desta tribuna, ele teve que sair, movimentar o seu automóvel, digo, veículo, com os pneus furados a fim de que não fosse violentamente assassinado pelos verdadeiros assassinos da Polícia do Estado em Santo Antonio da Platina.

O mais importante, ainda diz aqui o missivista, que um determinado trecho do Inquérito perguntou-lhe o responsável em decorrência, se ele conhecia o Deputado, e que ele afirmou que conhecia por muito tempo, porque quem não conhece Dito Lúcio em Sto. Antonio da Platina? Então, insistiu o Chefe do Inquérito que seria ele a única pessoa a falar em favor do Deputado porque já havia sido ouvido pela Comissão mais de 100 pessoas e estas 100 pessoas eram contra a denúncia aqui formulada. Faz-me lembrar, Sr. Presidente, o episódio ocorrido em 1963, quando em seis de outubro daquele ano era eu eleito prefeito na minha cidade de Santo Antonio da Platina e em seis de dezembro assumia a administração do meu município. Acontece, entretanto, que por uma questão de cuidado, por uma questão de boa exação, de organização do dinheiro público o nosso primeiro ato foi determinar aos departamentos competentes da municipalidade, o tombamento geral da economia e dos bens do município de Santo Antonio da Platina. Terminado este tombamento verificamos que o município devia a descoberta valor que correspondia um orçamento. Verificamos que o ex-gestor havia lançado inúmeros cheques sem fundo, sem provimento de pagamento e já sentimos e vimos aquele levantamento feito oficialmente, na estrutura do orçamento, que o município de Sto. Antonio era um município roubado, esfacelado, corrompido na sua economia e encaminhamos o levantamento à justiça comum. Assim teríamos que proceder para poder estabelecer uma administração com dignidade, com honradez e acima de tudo com respeito ao dinheiro do povo. No dia 31 de março de 1964 veio a Resolução. Nós tínhamos sido eleitos pelo então Partido Trabalhista Brasi-

leiro. O nosso ex-gestor mancomunado com remanescentes do extinto Partido Comunista nos denunciou à revolução como subversivos, ele me delapidou o patrimônio do município, ele me expediu cheques sem fundo, ele que feriu o Código Penal e o Código Civil, ele que desrespeitou as leis deste País. Até hoje não foi para a cadeia:

Mas nós, fomos levados à Prisão Provisória do Ahú, onde ficamos 29 dias, caracterizados como subversivos, um tipo de subversão que nós não conhecíamos, porque entendemos como subversão, o avanço contra a Justiça, contra a determinativa da Lei, contra a honra e a dignidade do Poder. Nós nunca sequer cortamos fumo porque fumamos cigarros prontos.

Mas não foi só aí, fomos levados ao Tribunal de Justiça Militar como réus, e lá ficamos sentados durante cinco horas, submissos a um julgamento, por um crime que não havíamos cometido. E graças, à Justiça caracterizada por componentes daquele Corpo de Sentenças compostos de sete militares e dois togados, fomos absorvidos por falta de consistência que comprovasse a veracidade do caso.

Entretanto, o nosso denunciado, que delapidou o município, que emitiu cheques sem fundos, que roubou o erário, para ele, nada aconteceu, e está a solto.

A impressão deste mesmo caso que tenta o Comandante do Inquérito que pedimos à Secretaria de Segurança Pública, quando ele pergunta aos inquiridos se não quer mudar de opinião porque cem pessoas já declararam contra o deputado, tenho impressão que ele quer nos levar de novo ao cárcere.

Mas de qualquer forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu dei ou hei de provar na caminhada e pela estrada da justiça. Se eu peço Justiça ao Sr. Secretário de Segurança Pública, é porque eu pedi que não fizessem como fizeram em Inácio Martins, mandando soldados para inquirir soldado. Que a Secretaria mande uma comissão de vícios, de bacharéis em Direito, de delegado de carreira, para assumir a Comissão de Inquérito, desta natureza.

Os soldados da PM que são crias na sistemática da perseguição não sensibilizam com os problemas do povo, com raríssimas exceções há aqueles que merecem o nosso respeito.

E hoje farei um novo requerimento pedindo que reformule a sistemática da sindicância pedida. Ol. nós somos representantes do povo, ou somos joguetes da Secretaria de Governo. Porque jamais admitirei que se mude as ordens das coisas, porque tenho certeza e tenho consciência, de que aqui eu estou cumprindo o meu dever, dever não legado por noção de um Poder, mas sim pela vontade do povo.

Veja o atrevimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sair um comandante de inquérito por mim pedido para apurar fatos e denúncias por mim denunciadas, e procurar querer incompatibilizar-me perante os inquiridos na tentativa de arrancar, e que foge totalmente aos fatos que denunciemos.

Podemos verificar neste documento datado de 20 de julho "Tem o presente a finalidade de formalizar a V. S. fatos comigo ocorridos em data de ontem, numa sala que comumente vem realizando bailes na Vila Ribeiro, desta Cidade, cujos bailes funcionam há muito tempo sob a direção e exploração comercial do sub-tenente e chefe do destacamento local. Os fatos ocorreram quando me encontrava em companhia de um parente que estava em visita a esta cidade, por volta de uma hora, quando, naquela oportunidade, após digerir algumas bebidas, tirava uma dama para dançar", Conta a ocorrência dizendo no final, que foi metralhado pela Polícia de Santo Antonio da Platina.

É Polícia inquirindo polícia. É Secretário de Segurança Pública, dando segurança à insegurança do Estado. É preciso que S. Exa. entenda que as denúncias que fazemos são com o único objetivo de ajudar sua Secretaria a manter a ordem. Porque toda desordem que for cometida em nome da Secretaria de Segurança cabe a responsabilidade ao Secretário da Segurança Pública.

É preciso que se dê mais seriedade às coisas. É preciso que não sinta o Sr. Secretário do Estado que os nossos pronuncia-

mentos e denúncias sejam incômodos. É necessário que passe a ver as denúncias dos deputados como fonte viva de informações sobre fatos que ferem a estrutura administrativa do próprio Governo. As denúncias trazem fatos que refletem negativamente na estrutura administrativa do Estado.

OSR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lúcio, não quero entrar no mérito da denúncias que V. Exa. formula da tribuna.

V. Exa. se põe contra uma medida secretarial, que para apurar as responsabilidades de fatos daquela Pasta apontados por denúncia de V. Exa., designa o Sr. Secretário uma comissão incumbida de, através de inquérito administrativo, levantar as irregularidades apontadas.

Quer me parecer, eminente Deputado, que o caminho deveria ser outro. V. Exa. deveria propor, nesta Casa, mediante projeto de lei, a alteração do dispositivo do Estatuto da Polícia Civil do Estado, no Capítulo que dispõe sobre a realização da sindicância. Porque, quer me parecer, que o Secretário de Segurança designa quando elementos daquela Secretaria para fazer uma sindicância, nada mais faz do que cumprir dispositivos do Estatuto da Polícia Civil.

Se V. Exa. preconiza para apurar irregularidades de funcionários, não deve designar funcionários da mesma Pasta. Então teríamos que alterar a Lei, dando ao Sr. Secretário uma lei que lhe possibilite recorrer a outro organismo para levar a efeito sindicância desta natureza.

Porque, a sindicância está disciplinada no Estatuto da Polícia Civil. E o Sr. Secretário nada mais está fazendo do que cumprir a Lei.

Ou lateramos a lei que votamos nesta Casa, ou nos submetemos a ela.

Era a sugestão que queria fazer a V. Exa., para que não pareça que o Sr. Secretário de Segurança deseja, com esta medida, mesmo cumprindo a Lei, isentar qualquer funcionário de irresponsabilidade que tenha cometido e esteja passível de punição.

Muito obrigado.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa., nobre Deputado Ivo Thomazoni, como sempre maneiroso e inteligente, procura mudar a ordem das coisas. Aliás, V. Exa. cumpre o seu dever. Deve ser uma missão difícil defender e liderar o Governo, no instante em que o Governo sente, ele próprio, a necessidade de restaurar os programas para que faça um bom governo do Paraná.

Não disse, nobre Deputado, que não deveria ser o inquérito movimentado pela própria Polícia. Falei da diferença hierárquica porque não se pode admitir que exista uma comissão composta de elementos hierarquicamente inferiores àqueles que estão sendo inquiridos.

E é isto que está acontecendo na sindicância que se realiza em Santo Antonio da Platina. Não se pode permitir que um 2º tenente proceda a sindicância de irregularidades praticadas por um 1º tenente que, hierarquicamente, está acima de seu nível.

E não vejo como deva permanecer, na mesa do inquérito, o indiciado, fazendo perguntas. Acho que a função do inquérito, pela magistralidade do assunto e da própria representação, de seu próprio objetivo, deva ser feita reservadamente longe do indiciado, para evitar principalmente, como é o caso do Delegado de Polícia, que influências possam alcançar aqueles que vão ser perguntados sobre o fato.

Não desconheço a determinativa da lei que V. Exa. acaba de citar, o que desconheço e o que estou reclamando por desconhecer, é a usurpação de direito do Sr. Secretário de Segurança que ao atender o pedido da sindicância de um Deputado, manda um cidadão hierarquicamente menor àquele que está sendo indiciado, para movimentar o inquérito e aceita e admite que o indiciado, como Delegado de Polícia, permaneça na sala coagindo os depoentes e dizerem aquilo que ele quer que seja dito, a fim de

ficar isento da responsabilidade em que foi denunciado.

Haja visto, nobre Deputado, preclaro e inteligente representante do Governo nesta Casa, que chegaram a formalizar perguntas, segundo o depoente, sobre fatos políticos ligados ao Deputado.

Tenho a impressão de que o inquérito que está sendo feito a meu pedido em Santo Antonio da Platina, para apurar fatos que denunciei sobre corrupção da polícia naquela localidade, está em caminho diferente. Estão fazendo inquérito sobre minha pessoa, o Deputado representante daquela comuna.

OSR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agora me posicionei melhor dentro da argumentação de V. Exa.

Inicialmente não havia compreendido bem a extensão da gravidade da denúncia que V. Exa. formulava e desconhecia. Talvez por ter me ausentado rapidamente do plenário, que como Delegado Especial, para apurar as irregularidades, havia sido designado um militar hierarquicamente inferior ao militar denunciado por V. Exa.

Retiro, portanto, o que havia afirmado e reconheço que V. Exa. está realmente com a razão e procurarei obter ainda no fim da tarde de hoje, se possível, alguns esclarecimentos junto à Secretário de Segurança Pública, acreditando que o Secretário não tenha conhecimento do dano moral que pode estar causando a V. Exa., no instante em que um Delegado especial para apurar determinando fatos, procura invadir a vida privada ou pública de V. Exa., que estaria completamente a salvo da pretendida ação policial.

Quero portanto, me desculpar perante a V. Exa., e dizer que estou com V. Exa. na denúncia que fez da designação errônea de um 2º tenente para apurar responsabilidade por atos praticados por um policial hierarquicamente superior a ele.

Muito obrigado.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, atentamente tenho ouvido esse pronunciamento de V. Exa.

Existe nas Secretarias deste Estado tanta balbúrdia, tanta injustiça, que escutando o seu pronunciamento, venho me reportar ao meu passado, também quese que idêntico.

Às vésperas das eleições, quando se pleiteava candidatura política, este Deputado teve também problemas com o Delegado de Polícia de Goioerê, Sr. Asa Roy Schmidt, com o Promotor que lá existia, a ponto de termos tido a oportunidade de impetrar um habeas corpus no Tribunal de Justiça, que ganhamos por unanimidade de votos, dada a perseguição política que um Delegado de Goioerê fazia, porque pleiteávamos uma candidatura à deputança estadual.

No acórdão exarado pelo Tribunal de Justiça do Paraná, S. Exa. o Sr. Presidente deixou, simplesmente, a “pó de traque”, como se diz em linguagem popular, à pessoa do Delegado e a pessoa do Promotor Público, dizendo, inclusive, em seu acórdão, “que era com tristeza que via no Estado do Paraná que ainda existiam pessoas desta natureza, usando o mando de polícia ou delegado ou de promotor, para sacrificar injustamente um político que pretendia a disputa em eleições.

Ficamos Sr. Deputado, até contentes com o acórdão e com a esperança de que alguma coisa se modificasse. Passaram-se alguns meses, em vez de serem punidos, e deveriam ter sido punidos oficiosamente pelo Tribunal, o Delegado de Polícia foi promovido a Chefe do Detran de Goioerê, e lá está nas mesmas condições, nas mesmas usurpações e com todas as garantias. O promotor também foi promovido para uma entrância melhor.

Fiz desta Assembléia, nobre Deputado, já no cumprimento de meu mandato de Deputado Estadual, uma denúncia provada contra o então Delegado Paulo Barreto, da cidade de Goioerê.

por abuso de autoridade, por roubo até, a ponto de um Deputado que detém o mando político em Goioerê, Fabiano Braga Cortes, depois de ver meus documentos, que me foram enviados, requerer a S. Exa. Secretário de Segurança Pública, a abertura de inquérito para apuração dos fatos, tão sérios eles eram.

O Delegado Paulo Barreto em vez de ser punido, foi promovido para a cidade de Umuarama e inventou em Goioerê contra este Deputado, um inquérito, também, desrespeitando as leis, as normas e esta Casa. Estou também como V. Exa., sendo processado pela justiça comum. Então é este o espinho da nossa profissão. Nós que alertamos, que gritamos em favor do povo sufocado que não pode mais gritar, teremos que fazer a mesma missão de Cristo que um dia quis salvar o mundo. Vamos continuar, até que a Justiça se deslumbre cristalina neste País, a carregar esta cruz até o Calvário e queira Deus que não sejamos sacrificados entre dois ladrões que não pertencem a nós.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. LÚCIO MACHADO — Nobre Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, parece que todas as missões são difíceis. Todo o fato que dá a resultante de uma denúncia, naturalmente, encontrará em contraposição às injustiças.

Mas, nós que pertencemos Partido da Oposição, que deixamos as benesses do Governo para formar o polo positivo da representação popular, já sabíamos de início que a nossa caminhada seria agreste, seria difícil, mas me sinto honrado porque se compomos neste País inteiro uma representação de homens desprezíveis e vemos para a nossa satisfação e honra nossa que, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, sem cor de bandeira política, aqui estão tantos homens da Arena e do MDB, todos ocupados na solução dos problemas do nosso povo. O que tem faltado para nós é a clarividência do Sr. Secretário de Estado, representantes fiéis dos negócios do Governo, em compreender que a denúncia que aqui fazemos não é simplesmente feita pelo prazer de denunciar, é feita com sacrifício e com lágrimas até, com o sentido objetivo de fazer neste Estado a justiça, principalmente no setor do Governo. Caminhamos por um caminho difícil e poderemos até ser pregados na Cruz, mas o importante para nós é que mesmo pregados, saberemos que doravante, prestamos um serviço que, acima de tudo, honrou e dignificou nossa consciência de cidadão. Obrigado pelo aparte e continuamos sempre juntos, lutando pelo aprimoramento das coisas e pela Justiça social.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, continuando a falar sobre o inquérito que está sendo movido em Santo Antonio da Platina e atendendo a denúncia que fiz em virtude da reclamação de uma população inteira, formalizada e abaixo assinada encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, como documento fiel que dava segurança, que revestia de segurança a nossa denúncia, temos ainda que se queixar que os denunciadores que deveriam ser ouvidos neste inquérito, os prejudicados pela falta de dignidade da Polícia, do responsável pela segurança pública em Santo Antonio da Platina, não estão sendo ouvidos porque estão sendo ouvidas pessoas de outros extremos da cidade e presume-se 95 por cento dos depoentes daquela Comissão são os habitués do Inferninho, instalado na Vila, fato da denúncia, são prostitutas, marginais da sociedade, são os amigos do grande trabalho da Polícia, da montagem de um clube clandestino, de um clube de crime na minha cidade.

Eu deixarei outro requerimento para que seja dirigido ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, porque eu queria ver de perto quem são os depoentes, quem foram os depoentes da sindicância e haveria de dar a S. Exa. o Sr. Secretário, as condições, a personalidade de cada um e tenho certeza que vou verificar e mostrar que eles, esses depoentes não tinham condições absolutamente, em dar declarações sobre o fato, porque, na sua maioria, são os habitués, os mantenedores daquele agrupamento criminoso que vem sendo exercido pela própria Polícia de Santo Antonio da Platina.

O meu requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está vazado nos seguintes termos. (Lê):

SÚMULA:

Requer ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, qualificação pessoal de todos aqueles que na cidade de Santo Antonio da Platina forem intimados a prestarem declarações a Comissão de Sindicância que busca apurar a existência de Clube Clandestino já denunciado, bem como fatos outros ligados ao mesmo assunto.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que são conferidos por Lei, requer, ouvido o plenário, oficie-se ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando daquela autoridade que estabeleça a seguinte observância nos depoimentos que constarem da Sindicância que se promove na cidade de Santo Antonio da Platina, para apurar os fatos denunciados em Súmula

I — que se faça anotar no depoimento de cada um antes da instalação do inquérito, o seguinte:

- a) - nome por extenso do depoente.
- b) - profissão que exerce.
- c) - rua, número e bairro que reside
- d) - número de registro de um documento que prove sua identidade;

II - que antes do julgamento da Sindicância que vem sendo efetuada encaminhe-se a este Parlamentar fotocópias individuais de cada declaração para a competente verificação de autenticidade.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975".

Sr. Presidente, tenho certeza ou pelo menos quase certeza, de que este requerimento também não vai alcançar o atendimento solicitado, e se isto acontecer, a minha admiração pelo Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado haverá de dobrar, se acontecer de merecer o seu atendimento, porque, através deste atendimento irá provar à Casa e principalmente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do meu Estado, que, as pessoas ouvidas no inquérito foram, além de não serem as indicadas, foram coagidas a dizerem aquilo que o Sr. Delegado de Polícia de Santo Antonio da Platina quis que dissessem.

De qualquer forma, mesmo isentando a autoridade policial do meu município, dos fatos da denúncia que aqui fiz, não conseguirá o Sr. Secretário de Segurança Pública isentar-se do crime que a autoridade policial local está cometendo, mantendo montado o antro do crime, no centro de uma vila das mais desenvolvidas da minha cidade, no bairro onde residem pessoas pobres e humildes, porém honradas e trabalhadoras.

Nós, ao terminarmos nosso pronunciamento natarde de hoje, queremos, mais uma vez, deixar configurado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que não denunciemos pelo prazer de denunciar mas denunciemos pelo interesse em cumprir nosso dever, dever de participar com o Governo para uma administração de justiça, de respeito e de dignidade e de progresso para o nosso querido Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezzi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, desejo prestar uma gentileza ao nobre colega Egon Pudell, lendo um requerimento de sua autoria, que deverá ser incluído na Ordem do Dia a ser votada hoje. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja solicitado ao Exmo Sr. Eng. ARTURO ANDREOLI, DD' Diretor Presidente da:

COPEL, para que seja levada energia elétrica às localidades de CERRO DA LOLA, NOVA VIDEIRA, LINHA SÃO PAULO, SÃO SEBASTIÃO e TRÊS BOCAS, no município de TOLEDO.

JUSTIFICATIVA: Não é preciso frisar o desoonforto causado pela ausência de energia elétrica e o progresso advindo do uso do fator energético. Decorrentemente, as comunidades acima citadas, sendo atendidas, poderão participar da vida moderna e ingressar em nova fase de prosperidade.

Sala das Sessões, em 08 de outubro de 1975.

a) EGON PUDELL"

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Traz-me à tribuna hoje, um assunto que em nada diz respeito a situação que nós homens públicos, que nós, cidadãos brasileiros integrantes deste planeta do qual ninguém desconhece o drama, ninguém desconhece os protestos que se elevam por todo este planeta, dos acontecimentos verificados no fim do mês de setembro, na Espanha. As sumárias execuções de cinco anti-franquistas, despertaram por todo mundo, manifestações de revolta, manifestações de protestos. Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendo que "o homem pela sua formação pessoal, que o orientam na natural inclinação para o bem, não pode ficar insensível e omissos, quando ao seu redor o mundo começa a desabar. Tem pois o homem não apenas o dever de procurar corrigir os erros perceptíveis a qualquer um, mas sin entregar, às gerações futuras, um mundo mais humano e mais alentador.

Seria utópico que alguém procurasse resolver de imediato todos os problemas que afligem a nossa humanidade. A crise internacional que diretamente aflige a todos os brasileiros, está a demonstrar que também os brasileiros ativamente devem participar do processo mundial, de melhor relacionamento e procura mútua do encontro da paz e das liberdades humanas, como pressuposto básico de respeito aos direitos do homem, reconhecidos e defendidos pela ONU, da qual o Brasil participa também. O Governo Brasileiro lamenta-se das campanhas infamantes contra a nossa Nação, não pode se omitir no plano internacional, de também omitir a sua opinião quanto a fatos lamentáveis e contrários, que acontecem na Espanha. Só teremos o respeito internacional na medida em que soubermos afirmar os nossos princípios de vida democrática, no momento em que pudermos proclamarmos ao mundo, a vocação e também as possibilidades, de nosso povo exercitar sua vocação libertária e liberal, se para sermos livre, que teve um brasileiro chamado Tiradentes que derramara o seu sangue por uma idéia, justo que os brasileiros de hoje, através de seu governo, afirmam ao mundo que a nossa disposição de continuarmos livres continua, e não só isso, mas que praticamos esta liberdade como princípio básico de nossa existência.

A consciência mundial tem se manifestado nos últimos dias, protestando contra as sumaríssimas execuções de anti-franquistas, na Espanha, França, Itália, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Suíça, Áustria, República Federal da Alemanha, República Democrática, Alemã Suécia, Noruega, Dinamarca e Portugal, que já retiraram seus embaixadores do País Basco. O mercado Comum Europeu suspendeu suas negociações com a Espanha. O México, através de seu Presidente, defendeu a expulsão da Espanha da Organização Internacional dos Povos amantes da liberdade e da paz. O Santo Papa, pessoalmente se empenha para demover o velho caudilho de continuar com a pena de morte, em processos de instrução sumaríssima, em que, para cúmulo e vergonha de um povo que se diz humano, se concede quatro horas para que um advogado exercite a defesa de um homem. Onde, cidadão é condenado, quando nem se encontra na Espanha, acusado de assassinato de um guarda espanhol. Na Espanha, onde se defende a cristandade, onde se instalou na antiguidade a Santa Inquisição para defender uma religião católica, onde 99 por cento dos habitantes se dizem católicos, se cometem crimes para defender o quê?

E nós brasileiros?

Nós, amantes da liberdade, defensores intransigentes da democracia, eternos baluartes da família, ao ponto de não aceitarmos até o divórcio, nós, brasileiros, que no passado já nos levantamos contra os regimes assassinos e fomos com as demais Nações combater o inimigo então comum da humanidade, decididamente, nós, brasileiros, não coonestamos com esta forma de execução. Como brasileiros, através do Governo, está bem claro, não permitimos que o terrorismo que a nada leva e nada constrói, também seja defendido.

Mas, Sr. Presidente, este tema conhecem os Senhores, e o silêncio se estabelece nesta Casa porque existe um exemplo de um deputado que levantou sua voz, que foi Francisco Pinto, que foi condenado ao protestar contra os crimes que surgiram no Chile.

Não é nossa intenção vir aqui difamar o Governo espanhol. Mas se palpita dentro de nós uma vocação de democratas, não podemos nos calar e permitir que esta ansiedade que está no peito de todos os brasileiros, continue a tirar as nossas horas de sono e a nossa tranquilidade por não podermos pôr para fora o que aprendemos dentro do lar e na família, por não podermos dizer "não" ao que acontece. Que uma voz pelo menos se levante para dizer que o Brasil não concorda e, através da exponeidade de suas mais brilhantes figuras, também, já foi dito "não".

São palavras dos brasileiros mais expoentes, já retratadas por jornais, mas quero que conste dos Anais desta Casa para saber que neste Estado do Paraná, nesta Assembléia Legislativa, com o voto unânime de seus parlamentares se tem protestado, para que nossa geração não fique comprometida no que acontece hoje no mundo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero ler a opinião de Érico Veríssimo, que dispensa comentários.

Disse o bravo escritor gaúcho: "Junto meu indignado protesto ao de todos aqueles que através do mundo se manifestaram contra os recentes fuzilamentos de prisioneiros políticos na Espanha. Nessa hora, penso em Guernica, a pequena e simbólica vila basca que os bombardeios de Hitler ajudaram os falangistas a arrasar, com o beneplácito de Franco, de acordo com o espírito fascista tão bem representado pelo General Astray, quando numa solenidade na Universidade de Salamanca, em 1936, interrompendo um discurso do humanista UNAMUNO, ergueu-se e bradou furiosamente: "ABAIXO A INTELIGÊNCIA! VIVA A MORTE!"

"Abomino igualmente os cidadãos que matam com o objetivo político e os governantes que, para punir, matam esses cidadãos. Tudo é crime e é detestável. Observo apenas que uns governos matam em público, e outros em sigilo. Mas, de uma mesma". Carlos Drumond de Andrade.

Quero trazer a palavra de Celso Furtado: "Os crimes contra a humanidade, como esses que estão sendo praticados na Espanha, serão julgados um dia em um Tribunal de Nuremberg. Crer mos homens é estar seguro de que tais crimes não ficarão indefinidamente impunes".

Nosso escritor Jorge Amado, disse: "CRIME MONSTRUOSO, IGNÓBIL E INÚTIL. NADA MAIS PODE IMPEDIR O FIM DO FASCISMO ESPANHOL. DO SANGUE DOS CINCO FUZILADOS NASCERÃO AS ROSAS DA ESPANHA".

O escrito católico Alceu Amoroso Lima disse:

"A Espanha, que se proclama defensora da Cristandade, acaba de cometer um crime que lesa humanidade, que envergonha não apenas um regime mas um povo. A Espanha é, hoje, o refúgio da Impostura".

Finalmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Moacir Werneck de Castro, disse: "Ah, Espanha, Espanha! Quando deixarás de ser para nós espectro, pesadelo, treva de inquisição, sangue matando sorrisos — e também flagelo para as consciências? Estamos afundados nos nossos problemas miúdos, enredados nos labirintos das nossas mesquinhas dificuldades, e eis que o teu martírio nos toca de repente com uma força de vulcão. Tua grandeza,

até na desgraça, nos esmaga. Mas, ao mesmo tempo nos sacode para despertar os sentimentos mais profundos de responsabilidade perante nós mesmos e de solidariedade com aqueles que lutam, pelo mundo afora, por direitos humanos que ainda não soubemos conquistar. Tua luta, Espanha, nos exalta — mas devemos confessar que é uma exaltação onde entra muito de consciência culpada, e, porque não dizer tudo, de vergonha”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, perdoem-me talvez o entusiasmo, talvez a revolta de um brasileiro que adora o povo espanhol, que considera o povo espanhol um grande exemplo da humanidade. Mas, acredito que seja este o momento psicológico para o Brasil também participar dessas manifestações mundiais, não na base dos protestos como têm sido feitos pelos outros países, do protesto que nada constrói, mas através do exemplo, da conclamação de todas as nações do mundo para que sigam o exemplo do Brasil, exemplo que pode ser perfeitamente dado com uma simples assinatura do Presidente da República, assinatura que está engastada, que está basicamente formulada, desde o princípio de nossa independência, quando um bravo brasileiro que foi Tiradentes perdeu sua vida e, desde então, o povo brasileiro passou a condenar a pena de morte.

Faço um apelo através de um requerimento ao eminente Presidente da República, que tem demonstrado seu espírito de humanidade, seu espírito de brasilidade, para que revogue a pena de morte e conclame através da ONU, através de nosso Embaixador, para que o ditador Generalíssimo Franco também faça o mesmo. Dê o Brasil o exemplo e convoque todas as Nações do mundo para que, nesta hora grave de crise internacional, que se abate sobre toda humanidade, sigam o exemplo do Brasil, porque, Srs. Deputados, história também se faz com coisa imprevisível e está aí uma oportunidade para o Governo brasileiro dar uma demonstração a todo mundo, que nós brasileiros buscamos acima de tudo, a defesa da vida que é o que justifica o próprio viver.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste plenário do Sr. Hélio Mazorra e do Sr. Nelson Vasconcelos, Presidente da ARENA de Umuarama. Também a presença do Sr. José Ribas, ilustre Prefeito Municipal da Lapa, acompanhado de seu secretário de gabinete.

Temos também a satisfação de registrar a presença do Sr. Bráulio Ribeiro Sobrinho, Prefeito Municipal de Santo Inácio.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à CCJ.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 05/75, de autoria do Deputado Benedito Lúcio Machado, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte de concreto armado sobre o Rio Jacaré, na estrada que liga os municípios de Santo Antonio da Platina a Barra do Jacaré. Pareceres **CONTRÁRIO** da CCJ, e **favoráveis** da C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 118/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através das Secretarias do Interior e de Saúde e Bem Estar Social, com o município de Japurá, objetivando a execução da 2ª fase da construção do prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer **favorável** da CCJ. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 64/75, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 125/75, que aprova o Termo aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Marechal Cândido Rondon, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Parecer **favorável** da CCJ. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 64/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 125/75

Mensagem do Governador, transformada na presente Proposição, que encaminha cópia autêntica do Termo Aditivo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Mal. Cândido Rondon, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município.

Cumpra assim, o Senhor Governador do Estado, o disposto no item VII do Art. 22, da Constituição Estadual, e o interesse público da matéria está expresso no texto do tratado.

Pela aprovação, nos termos do Proj. de Res. anexo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) LUIZ ROBERTO SOARES — Relator.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 96/74, de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de Utilidade Pública, a Associação Evangélica Transmundial, com sede na cidade de Campo Mourão. Parecer aprovado da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 96/74 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Associação Evangélica TRANSMUNDIAL, com sede na cidade de Campo Mourão — Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1974.

- a) IGO IWANT LOSSO.

JUSTIFICATIVA.—

A Missão Transmundial é uma entidade de caráter beneficente religiosa e filantrópica, conforme se verifica no artigo 2º de seus estatutos anexos.

Ela não visa qualquer finalidade lucrativa e seus diretores nada percebem em caráter de ordenado ou ajuda de custo.

É uma entidade que tem prestado relevantes serviços não só na Assistência Social, como também no sentido educacional, orientando principalmente a juventude no sadio caminho cristão.

Atualmente, mantém em sua sede na cidade de Campo Mourão, um acampamento permanente de caráter cultural, que reúne jovens de todo o Estado em encontros de estudos e debates.

Assim, pelos relevantes serviços prestados, esperamos seja o presente Projeto aprovado unanimemente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 96/75.

PARECER.

I — O presente plano de lei de autoria do nobre deputado David Federmann, objetiva declarar de utilidade pública, a Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados da cidade de Ponta Grossa.

II — Examinando a documentação que acompanha o Projeto de lei, verificamos que o mesmo tem plenas condições de ser apreciado por esta Casa de leis, senão vejamos:

- a) está registrado no Cartório das Pessoas Jurídicas competente;
- b) vem funcionando regularmente há mais de 1 ano;
- c) seus membros de Diretoria não percebem qualquer remuneração ou auxílio.

III — Assim sendo, manifestamo-nos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões em 10 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) IVAN RÜPPEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do projeto de lei nº 96/75, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 96/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Francisco de Assis de Amparo aos Necessitados, com sede em Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1975.

- a) DAVID FEDERMANN.

JUSTIFICATIVA.—

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, há mais de 15 anos vem prestando os mais diversificados serviços de assistência social à comunidade de Ponta Grossa.

Ao lado desta assistência que presta indiscriminadamente aos necessitados, proporciona também orientação espiritual aos desvaliados.

Sua diretoria não é remunerada e a duração de sua existência preenche os requisitos da lei.

Reconhecendo os seus relevantes serviços, o município de Ponta Grossa já reconheceu por lei a sua utilidade pública.

Justo portanto, que o poder estadual também lhe outorgue

este reconhecimento, permitindo-lhe usufruir dos benefícios legais decorrentes e melhor prosseguir em suas beneméritas atividades.

Esperamos o apoio de nossos nobres pares a esta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 96/75

PARECER

Pela aprovação do projeto, tendo em vista estarem provados os requisitos legais exigidos para a declaração de entidade pública.

Curitiba, 03 de setembro de 1975.

- a) ACCIOLY NETO — Presidente
- a) NILSO SGUAREZI — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando da Comissão Executiva da Casa, a distribuição diária e antecipada, aos Srs. Deputados, de cópias das Atas a serem votadas durante a sessão, a exemplo do que se faz com a Ordem do Dia.

À Comissão Executiva, para estudar, da possibilidade do atendimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Mesias, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 83/75.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, no sentido de que autorize a TELEPAR instalar um posto na sede do município de Bituruna.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministros dos Transportes, Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor do DNER, visando providências no sentido de urgenciar a retomada e ultimate dos trabalhos de pavimentação da rodovia que liga Cascavel a Campo Mourão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da COPEL, encarecendo-lhe seja levada energia elétrica as localidades no município de Toledo.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que seja revogada a pena de morte e convidado o governo espanhol a adotar a mesma medida.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo qualificação pessoal de todos aqueles que na cidade de Santo Antonio da Platina forem intimados a prestarem declarações a Comissão de Sindicância que busca apurar a existência de Clube Clandestino já denunciado.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, sobre a situação e a atitude da PARANATUR, referente a contratação de serviços de

assessoria, planejamento e propaganda turísticas.—
Em discussão.

O SR. EDILSON ALENCAR — (Para discutir).

Sr. Presidente - Srs. Deputados.

Encaminhamos ontem para apreciação desta Casa um requerimento que pede informações ao Sr. Secretário de Indústria e Comércio do Paraná, tendo em vista, como é conhecimento do Paraná, as irregularidades existentes na concorrência que iria escolher a firma que divulgaria o Paraná, no Rio de Janeiro, este mês.

Quero, nesta oportunidade, completando o que ontem havia dito sobre as irregularidades existentes na concorrência, quando firmas outras marginalizadas foram, e, firma privilegiada do Governo vencia, como determinação prévia e como a imprensa denunciara, de 30 dias já se sabia qual a firma vencedora.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para justificar o ato ilegal e imoral da PARANATUR, quando da concorrência, no julgamento.

Lerei inicialmente Ely Lopes Meireles, na sua Licitação e Contratos Administrativos, que diz o seguinte:

"A abertura antecipada das propostas ou a relevação do seu conteúdo fora das oportunidades regulamentares ou fixadas pelo julgador, constitui violação do sigilo necessário, punível até mesmo como crime, pela Lei Penal Brasileira - Código Penal, artigo 363."

Continuando ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o mesmo autor ainda nos diz, à página 162, o seguinte:

"Há anulação e há invalidação da licitação ou do julgamento por motivo de ilegalidade. "A quebra do sigilo necessário para a concorrência foi, Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma das ilegalidades, por sinal, grave, para este caso.

Continuando ainda, citando uma súmula do Supremo Tribunal Federal, nos diz ainda:

"A administração pode anular os seus próprios atos, quando eivados de vícios, que, os tomem ilegais porque, deles não se originam direitos, ou, revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvados em todos os casos, a apreciação inicial."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este escândalo que o Paraná teve conhecimento, que a imprensa denunciara com propriedade, com documentos, com nomes e com fatos, fez com que, Sr. Presidente, nós da bancada do Movimento Democrático Brasileiro representante do povo, principalmente do Vale do Piquiri e do Estado do Paraná nesta Casa, não poderíamos deixar passar, sem o nosso alerta, sem a nossa advertência ao Poder Público neste Estado, que manuseia o dinheiro público e nós, como representantes do Estado temos o direito e o, dever de saber como está sendo aplicado o dinheiro público.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-nos uma corrupção flagrante do nosso Paraná, quando fatos desta natureza acontecem, quando o Governo, através de suas Secretarias ou empresas autárquicas ou mistas prestígiam determinados elementos, sem conhecerem talvez a tradição, a idoneidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não gostaríamos de indicar dispositivos legais para justificar o nosso requerimento, mas conforme também texto legal, uma lei especial, lei. 4.177, de 29 de julho de 1965 que regula diz o seguinte: Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de ato levado ao patrimônio da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Municípios, de entidades autárquicas, de sociedades de economia mista.

Nem o silêncio é respeitado, porque o silêncio já se tornou ameaça. E a corrupção continua sua caminhada infame. Promovem-se os delatores e trancafiavam-se os homens de caráter. premiavam-se os adesistas e castigam-se os opositores.

Enterram-se os que enxergam e projetam-se os cegos.

Aplaudem-se os que mentem e punem-se os que dizem a verdade.

O certo é o que convém ao grupo dominante. E para ficar mais certo ainda veste-se a corrupção com a lei. E a lei tem que ser desrespeitada.

E assim, fica tudo certinho, institucionalizado."

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só me resta a oportunidade de fazer um apelo às duas bancadas, de meu partido, o MDB e aos eminentes Deputados, da ARENA desta Casa, para que aprove o nosso requerimento sob pena de prejudicar o comprometer o Governo do Paraná. E a nossa denúncia posterior ao Paraná, não é se não com o intuito de apontar as irregularidades, os erros e as omissões, e quem tinha o direito e o dever de exigir do Governo provas buscando a verdade, para que o povo soubesse do que acontece no Paraná, e o que está sendo feito com o seu dinheiro.

Peço à ARENA, de grandes Deputados, de homens aqui enviados pelo povo, para defender o povo do Paraná, que aprove o nosso requerimento.

E eu quero, ao finalizar, pedir às duas bancadas para que este requerimento seja aprovado por unanimidade.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento.

O SR. IVO THOMAZONI — Para discutir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na discussão da matéria que está em pauta para a deliberação do plenário, S. Exa., o Deputado Edilson Alencar faz sérias acusações e procura de forma genérica conceituar a bancada da ARENA como evidente o ato administrativo que, sob o ponto de vista de S. Exa., é a demonstração da corrupção que campeia na administração.

Primeiro, Sr. Presidente, não aceitamos a assertiva de que estejamos nesta Casa para referendar atos da administração que estejam corretamente dispostos e, acima de tudo, tenham sido cometidos à luz da verdade e com amparo da Lei.

Não queria, Sr. Presidente, discutir o requerimento porque a bancada da ARENA entende o requerimento de S. Exa. como intempestivo. Intempestivo porque não encontrou amparo regimental e nem está, Sr. Presidente, abrigado pela Constituição.

A PARANATUR é empresa pública, é verdade, e sendo empresa ela tem a gerir a sua administração, a Lei que regula as Sociedades Anônimas.

Portanto, não está a PARANATUR sujeita ao cumprimento do que dispõe o Decreto 200. E, devo, Sr. Presidente, para não falar no mérito da proposição, dizer que nenhum ato de corrupção foi cometido pela Administração da PARANATUR, ao pretender licitar serviços junto a empresas de divulgação, para projetar o Estado do Paraná.

É chegada a hora em que neste plenário haja um pouco de responsabilidade de cada um. E não se acusa quem tem responsabilidade do organismo da administração, sem que antes se tenha procurado pelo menos obter do órgão, informações que nunca foram negadas a ninguém por qualquer órgão da administração direta ou indireta do Estado.

O AR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Muito me honra, eminente Líder da bancada governista, a oportunidade de apartear e discutir com V. Exa. esta matéria. Devo dizer, e quero trazer o meu testemunho pela experiência e pela vivência, porque muito tenho convivido e muito convivo na área das empresas de propaganda do Estado do Paraná, da decência e da dignidade com que os profissionais da propaganda têm se havido no cumprimento de seu mister. Assisto e assisto em todos os setores concorrências e disputas que têm envolvido o maior esforço, o maior sacrifício por parte daqueles que operam neste setor e devo dizer também que jamais vi confusão desta ordem.

O que parece é que as empresas publicitárias no episódio, apenas o tangenciaram porque foram apenas os elementos com que se instrumentalizou uma atitude neste órgão da Paranatur.

E evidente, eminente Deputado, que por força de atitude de legislação própria, a empresa está dispensada de proceder a licitação, mas se o fez se estivesse às normas e legislação que

Entendo a atitude do eminente Deputado Edilson Alencar, uma das mais válidas e que deve merecer o aplauso e o heneplácito desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI - Deputado Enéas Faria, V. Exa. é testemunha de que, no exercício da liderança, não tenho procurado de usar subterfúgios. Tenho, sempre que possível, procurado fazer com que nossas atitudes sejam as mais claras possíveis.

O Deputado Edilson Alencar, considera legal, que deva, portanto, merecer nossa aprovação, sujeitando o Sr. Secretário de Indústria e Comércio a crime de responsabilidade se aprovado o seu requerimento, S. Exa. o Sr. Secretário não responder dentro do prazo preconizado pela Constituição votada por nós.

Mas, por outro lado, o requerimento de S. Exa. não faz alusão específica a incitações promovidas pela PARANATUR para prestação de determinados serviços.

O SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Posso informar a V. Exa. que o pedido de informações aprovado por esta Casa e já encaminhado ao Poder Executivo, solicitava esses elementos nos mesmos termos do requerimento formulado pelos integrantes da bancada do MDB e que recebeu apoio da Arena.

O SR. IVO THOMAZONI - Exatamente nesse ponto que queria chegar, e chego agora.

Quanto a generalidade, já aprovamos, nesta Casa, requerimento, que solicita do Sr. Governador do Estado, as informações que o nobre Deputado pretende.

E votamos redundantemente, pra que o Secretário auxiliar do Governador responda a uma indagação que foge a alçada daquela Secretaria.

O SR. LÚCIO MACHADO - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Ivo Thomazoni, o que nos tem preocupado é quando requerimentos revestidos de interesse público, ou do próprio Estado, tramitam nesta Casa, com o sentido objetivo de alcançar informações, é preocupação de V. Exa. em entusiasmar a bancada representativa do governo, para que não dê aprovação a esse requerimento.

O requerimento do nobre Deputado Edilson Alencar, não poderia, de forma nenhuma, amedrontar a V. Exa. e muito menos a bancada do governo desta Casa, porque ele busca simples informações que correspondem acima de tudo, a fatos que envolvem a economia pública do Paraná.

Porque será que a bancada do governo prepara para votar contra um pedido de informações que envolve economia do Estado?

Fica aqui meu agradecimento pela concessão do aparte e espero de V. Exa. uma resposta sobre essa preocupação que tanto se tem repetido e tantas vezes haverá de se repetir, principalmente quando a bancada da oposição pedir informações sobre fatos que envolvem dinheiro público do Paraná.

O SR. IVO THOMAZONI - Respondo a V. Exa., que V. Exa. está sendo injusto com a bancada da Arena. Poderíamos fazer um levantamento e a Mesa poderia informar a V. Exa., na da menos do que uma dezena de requerimentos da lavra e da autoria do Deputado do MDB e tiveram hoje apresentados, apoio unânime da nossa bancada. Feito um levantamento desta legislatura, V. Exa. haverá de constatar que mais de 1 milhão de requerimentos de autoria de Deputados da Arena e MDB, passaram, foram aprovados por unanimidade dos Srs. Deputados da Casa.

Nunca nos amedrontaram pedidos de informações.

Aliás, talvez V. Exa. não tenha escutado quando eu afirmava que no meu entendimento e também no do eminente Deputado da bancada de V. Exa. Enéas Faria, entendemos que nós não temos condições de interpelar uma empresa pública, porque não sujeita ao cumprimento do que dispõe o artigo 200.

Era este o aspecto de ordem legal.

Esta a razão que me traz a tribuna para dizer que se nós da Arena votarmos contra o requerimento do Deputado Edilson Alencar, é porque temos esse entendimento e não porque estamos aqui segundo pretende S. Exa. para acobertar, qualquer ato menos digno da administração.

O SR. ENÉAS FARIA - V. Exa. permite um aparte?

(Assentimento).

Apenas para fornecer um reparo ao entendimento que, diz V. Exa. ser nosso, é válido porque é o da lei.

Entretanto, o requerimento de informação e especificamente à empresa PARANATUR, para ter uma abrangência maior, mais ampla, se destina a Secretário de Estado e busca, simplesmente conquistar essas informações, ganhar foros de liberalidade para poder ser apreciado e aprovado por esta Assembléia.

Por outro lado, me parece e volto a afirmar que existe, aprovado por esta Casa, requerimento de informações que se que em termos idênticos e que poderia colocar paradeiro e fim na discussão que estamos travando.

O que sugeriria a V. Exa., e à Casa, não sei se o momento é propício e me dá condições o Regimento, e levaria junto à Mesa, esta questão de que informasse se a resposta às informações requeridas anteriormente já vieram a esta Casa. Gostaria que fosse verificado qual o prazo decorrido.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO - (Pela Ordem).

Sr. Presidente, consulto a V. Exa. se não decorreu o prazo regimental para que o orador permaneça na tribuna.

O SR. PRESIDENTE - O orador iniciou às 16,20 horas. O regimento concede uma hora para discutir a matéria. Portanto, o Deputado Ivo Thomazoni tem ainda tempo disponível para permanecer na tribuna.

O SR. ENÉAS FARIA - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero e desejo formalizar um pedido à Mesa de que, de imediato, informe a este plenário a data em que foi remetido ao Poder Executivo o requerimento de informações aprovado anteriormente nesta Casa sobre este mesmo assunto e se esta Casa já mereceu resposta do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência solicita de V. Exa., se teria condições de informar quem é o autor do requerimento, visto que a autoridade solicitada já sabemos, que é o Sr. Governador do Estado.

O SR. ENÉAS FARIA - Parece-me ter sido autor do requerimento o eminente Deputado Maurício Fruet.

O SR. PRESIDENTE - Esclarecemos ainda que já solicitamos à assessoria que alega ser quase impossível e inviável o atendimento nesta oportunidade, mas podemos assegurar que todo o empenho e dedicação dos assessores desta Comissão Executiva serão solicitados, e possivelmente, esperamos, até o final da discussão da presente matéria, tenhamos a resposta que merece V. Exa. na questão de Ordem levantada.

Esta Presidência solicita ao Sr. Secretário para que promova o desconto do tempo utilizado pelas questões de Ordem levantadas e devolva a palavra ao ilustre líder da bancada arenista.

O SR. IVO THOMAZONI - Muito obrigado.

Verifico que, quando da presença do eminente Deputado Edilson Alencar procurou a Arena, respeitosamente ouvimos sem interrompê-lo e prometo ao eminente Deputado, Fidelcino Tolentino, que tão ansiosamente me deseja ver fora da tribuna, que, eu não ocuparei os 60 minutos que o Regimento interno me faculta.

Concedo o aparte ao Deputado Muggiati Filho, não sem antes de pretender situar o eminente Deputado Enéas Faria na Questão de Ordem que levantou, naturalmente, com a permissão da digna Presidência.

Só ao autor do requerimento é facultado regimentalmente, solicitar a retirada da matéria de discussão, o adiamento, por 1, 2 ou três sessões, tempo solicitado por V. Exa., para que receba da Mesa as informações solicitadas quanto ao prazo, a decorrência de prazo para que o Executivo responda às indagações ao requerimento formulado pelo Deputado 2º Secretário desta Casa hoje viajando para se ilustrar democraticamente melhor, no Exterior, Mauricio Fruet, e quero crer nem à Presidência, qualquer providência de sobrestar a matéria em discussão, para posterior votação.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Apenas para esclarecer, Deputado Ivo Thomazoni, entendo que as informações deveriam ser prestadas pela Mesa, ao longo da discussão deste requerimento. A discussão deverá se esgotar no dia de hoje. Acredito que a assessoria desta Casa poderá nos fornecer em rápidos momentos as informações relativas ao requerimento discutido.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Deputado, envolve pesquisa de protocolo, arquivo, de entrada do Pedido de Informações no protocolo do Palácio, para decorrência do prazo.

O SR. ENÉAS FARIA — Quanto eu sei, e não sou muito versado na administração interna desta Casa, mas o quanto eu sei, cada Deputado possui em departamento próprio destas dependências, uma ficha individual onde se anotam as suas atitudes, sua atuação nesta Casa. A simples consulta a esta ficha poderá fornecer a informação que estamos solicitando.

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Eu queria dizer e dar fé de que o requerimento do Deputado Mauricio Fruet foi apresentado nesta Casa nos primeiros dias do mês de maio do corrente ano, portanto, há 5 meses. Atesto e dou fé.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr a Presidência da Casa o expediu prontamente, como V. Exa. espera que tenha sido expedido.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, nobre Deputado Ivo Thomazoni.

A explanação que V. Exa. faz a fim de contestar o requerimento, permita V. Exa. que faça esta afirmação.

V. Exa. está colocando as empresas de administração indireta num plano que, além do mais contradiz as próprias afirmativas do Governo quando pretende criar novas empresas de administração indireta a de que não está a fim de fugir da fiscalização do Poder Legislativo.

Veja V. Exa., eminente Lider, que nós estamos nos aproximando da hora de votarmos o Orçamento do Estado para o próximo ano. No ano anterior que ora se finda, a PARANATUR foi contemplada com dotações orçamentárias no Projeto em curso por esta Casa, cujo exemplar se encontra em poder do eminente colega Nilso Sguarezi, há dotação igualmente de acentuado vulto em favor da PARANATUR, mais ainda, eminente Lider, a Constituição estabelece o poder ao Governo de dotar a administração indireta. E, na esfera federal, a obrigatoriedade do Presidente da República de efetuar prestação de contas das empresas de administração indireta, já é fato consumado, cujas normas quero confessar a V. Exa. estão sendo objeto de nossa apreciação, justamente para o balanço que pretendemos dar em torno da administração indireta e do próprio Orçamento, no que diz respeito à formação de uma convicção definitiva em torno da matéria.

Por isso, me parece e permita V. Exa., que, mais uma vez

eu recorra ao acentuadamente elevado nível de cultura de V. Exa. de entendimento no sentido de pedir que revise essa argumentação de V. Exa., para deixar a Casa à vontade, inclusive na votação orçamentária com relação a essa premissa que V. Exa. fixou.

Não vamos fugir da indagação. Porque, mesmo que exista um pedido de informações em andamento, há de convir V. Exa. que a própria Casa poderá a seguir evidenciar isso e o próprio Secretário, ao receber o requerimento, simplesmente informar que já informou o pedido que lhe foi encaminhado. Pode ocorrer isto. O que, realmente, talvez quanto à forma de procedimento da Casa não ficasse lhe muito bem, mas o que me parece é que fica mal para o Governo quando pretende votação de alta importância, que vão interferir na vida da administração do Estado, a lei principal do Estado que está para ser votado, que são os orçamentos.

Vem à baila este argumento porque isto forçará todo aquele que não quer ver, veja que estou procurando analisar com isenção, não quer ver a sua atribuição de legislador cada vez mais ceifada, chegar a esta conclusão. Inclusive até como argumento de moralização que esta Casa não deve permitir mais a elaboração ou aprovação de projetos de lei que criem empresas de administração indireta, porque aos poucos tudo se transformará em empresas de administração indireta e daquilo que possa interessar a esta Casa, restará o que comumente se ouve da tribuna.

O SR. IVO THOMAZONI — Quando procurei dialogar com V. Exa. V. Exa. não me permitiu. Era no sentido de arguir, V. Exa. deveria o Lider...

O SR. MUGGIATI FILHO — E a afirmação que V. Exa. fez, de que a administração indireta está isenta, livre de dar satisfação a esta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Absolutamente, V. Exa. entendeu mal. Uma empresa pública como é o caso específico da PARANATUR, não está sujeita ao cumprimento do que dispõe o Art. 200. Eu não cheguei ao ponto de afirmar que ela está isenta a fiscalização do Tribunal de Contas. Elas, as empresas públicas, da administração direta, e também indireta do Estado, no caso de sociedade de economia mista, V. Exa. também acabou de afirmar estão por determinação do Presidente da República sujeitas hoje à fiscalização do Tribunal de Contas. E aqui no Paraná, recentemente, quer me parecer nós tivemos negada a aprovação de um contrato para prestação de serviços feito pelo Governo do Estado, com determinada empresa. Então, quer me parecer que o argumento de V. Exa. também não me convence.

O SR. MUGGIATI FILHO — Repito a V. Exa. que foi realmente a conclusão que cheguei em razão das suas afirmações. E V. Exa. agora esclareceu, chegou a conclusões que eu também as tenho chegado.

Estou plenamente satisfeito com sua explicação, quanto ao argumento usado. E, apenas reitero a V. Exa. que acho oportuno que a Casa vote o requerimento do Deputado Edilson Alencar, e acredito que nossa bancada vai votar favoravelmente a este seu requerimento.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Primeiramente, nobre Deputado, jamais desejei que V. Exa. deixasse a tribuna sem eu poder ouvi-lo. Porque V. Exa. tem laborado até com dificuldades no atual ponto de vista difícil de ser sustentado. Mas não é o caso. É que naquele esclarecimento que V. Exa. prestou ao lider de nossa bancada, V. Exa. se referiu à empresa da qual se fala e que não estaria sujeita às exigências do Decreto 200 e que daí o requerimento do Deputado Edilson Alencar não estaria sujeito à votação, não teria amparo legal.

Por outro lado, o que falpu o Deputado Edilson Alencar, se bem entendi, foi que conclamou as duas bancadas a exercer função fiscalizadora que é atributo do Poder Legislativo e do qual fazem parte os dois partidos. É justa e sustentável a posição

do Deputado. Mas o que se quer, o que se pretende é levantar, apreciar e indagar da veracidade da alegação que a empresa vem levantando de forma a causar até um impasse, um impacto na opinião pública.

Acredito que seja válida e tenha amparo legal. Penitencio-me se V. Exa. entendeu que eu pretendesse que V. Exa. deixasse a tribuna.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Este aparte, nobre líder da bancada arenista, não vai trazer nada de novo evidentemente ao debate que se fere neste instante sob a questão de dever ou não a empresa pública prestar informações ao Poder Legislativo e de estar ou não submetida às regras de licitação. O que me parece, e só posso fazer esta afirmativa em virtude de ter estudado o tema do projeto que tramita nesta Casa, é que o requerimento do nobre Deputado Edilson Alencar não pode vingar. E que não pode pela razão simples de que a Assembléia Legislativa ainda não apreciou, não aprovou e não está convertido em lei o projeto do Deputado Trajano Bastos que regula no Estado, o controle pelo Tribunal de Contas das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas e autarquia, a exemplo da lei federal sancionada recentemente que regula o artigo 70 da Constituição Federal que dispõe sobre o controle parlamentar no exercício financeiro da licitação informada. Como não temos o diploma legal que assegura validade jurídica a esse pedido formulado pelo Deputado Edilson Alencar, não me parece que o requerimento possa ser aprovado.

Este requerimento não tem, evidentemente, nenhum fundamento jurídico. As razões fundamentais V. Exa. expôs e são redundantes. Ora, se a empresa pública não está obrigada a atender ao princípio da licitação, obviamente não está obrigada a prestar contas do exercício financeiro porque este não está vinculado ao regime do direito administrativo. A razão é simples pelo fato de que a empresa pública só é pública no nome, porque seu esquema de funcionamento é de direito privado. E porque é de direito privado, não pode um órgão de direito público interferir.

Esta a contribuição que pretendia modestamente oferecer a V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço o aparte esclarecedor de V. Exa. e me penitencio por não haver podido expor com riqueza de detalhes, e à luz da Lei, com maior precisão, essa conceituação que me trouxe à tribuna.

Razão pelo qual, solicito, respeitosamente aos Srs. Deputados que rejeitem a matéria.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo quem queira discutir antes de passar à fase da votação, informamos à Casa, em resposta à Questão de Ordem formulada pelo Deputado Enéas Faria, que precisamos aguardar da Assessoria Técnica da Casa as informações solicitadas por V.

Exa. Os Srs. Deputados que desejarem solicitar a palavra, para encaminhamento de votação, oferecendo assim o tempo necessário para que a Presidência tenha condições de atender a Questão de Ordem do nobre Deputado, poderão fazê-lo.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. MUGGIATI FILHO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O meu objetivo não é ganhar tempo para que a Mesa possa prestar informações aqui solicitadas pelo eminente Deputado Enéas Faria, mas situar a posição da bancada do MDB ante o problema de fiscalização, ou não, da administração indireta, por parte da Assembléia Legislativa.

Esta matéria que, realmente é matéria de grande profundidade, de grande alcance, e não deve ser analisada, ou debatida

quando se vota um requerimento da espécie do que está sendo votado.

O que interessa dizer e registrar, nesta Casa, é que o MDB entende, quando nos encontramos às vésperas de votar o Orçamento Geral do Estado, se a Paranatur tem condições morais, ou não, de figurar dentro do Orçamento.

Desconheço o mérito do requerimento do nobre Deputado Edilson Alencar, mas não posso, na qualidade de líder da bancada do MDB, pedir a essa bancada que negue apoio ao requerimento do ilustre Deputado, quando esse requerimento tem uma premissa moral de alta envergadura.

O aspecto moral do mesmo foi muito bem focalizado pelo nobre Deputado Enéas Faria, e não é só isso. O problema tem outro alcance, porque vamos permitir - e se esta Casa permitir, não será com o voto do MDB. E vai ficar bem claro isso. Se o Estado foge às indagações dos Representantes do povo nesta Casa. E isso se verifica às vésperas da votação de um orçamento com perto de 6,7 milhões de cruzeiros. Sr. Presidente, para a Paranatur se procura, sob um fundamento de doutrina econômica financeira, isentá-la de um requerimento de informações, ela está sujeita a prestar informações. Desejo contestar, e o faço categoricamente, as alegações do meu eminente colega Deputado Accioly Neto. Quem recebe dinheiro do Estado em orçamento aprovado por esta Casa tem a obrigação de prestar as informações que esta Casa solicitar da aplicação desse dinheiro.

Não vejo outra conduta, Sr. Presidente, para a nossa bancada senão esta e faço um apelo aos meus nobres colegas da brilhante bancada da Arena, que se atenham a este problema, sob este aspecto. Não estamos exercendo uma fiscalização direta na empresa, mas queremos saber sua situação, cujo interesse nos foi despertada pelo requerimento do Deputado Edilson Alencar, que, também, tem a responsabilidade de sua assinatura em torno de assunto desta natureza.

Era o que tinha a registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedindo aos meus colegas de bancada que a nossa votação seja integralmente em favor do requerimento do Deputado Edilson Alencar e esperamos que os nobres e ilustres Deputados da bancada da Aliança Renovadora Nacional revejam sua posição.

— (Com revisão do orador). —

O SR. PRESIDENTE — Continua em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar à votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que alguma coisa não foi bem colocada pelo eminente Deputado Muggiati Filho.

Cabe a S. Exa. orientar a bancada do MDB e solicitar, fazer um apelo aos Srs. Deputados da Arena para que, no seu entendimento, votem atendendo a sua argumentação.

Desejo, no encaminhamento da votação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, significar, tão somente uma coisa, está tramitando nesta Casa projeto de lei de autoria do eminente Deputado Trajano Bastos, através do qual se pretende dar o instrumento de como se deva, de como poderá este Poder cristalizar as empresas públicas. Então, sim, eminente líder Muggiati Filho, com esta lei, disciplinando a fiscalização nós nos sujeitaremos sempre ao cumprimento dela. Não queremos, absolutamente, e nunca foi a nossa pretensão, isentar a empresa pública de prestar contas dos dinheiros públicos aplicados por elas.

O SR. MUGGIATI FILHO — Porém, abre um precedente.

O SR. IVO THOMAZONI — Não abre precedente eminente Deputado, É que o Governo Federal decretou uma lei, através da qual, disciplina esta matéria no Estado do Paraná. E eu me permitiria dizer que é uma vacância da lei esse particular; porque, se interpelar um organismo sobre o qual ainda não temos poder de fiscalização? por que pretender-se incutir à bancada da Arena a pecha de um aglomerado de homens que pretendem acobertar a corrupção que não houve. Até hoje ninguém poderá afirmar neste plenário que a Paranatur tenha a gerir os seus destinos

um homem que não seja honesto e probo, que é porque o conhecimento. O que não se pode é imputar à Arena a pretensão de fazer com que se fuja à fiscalização.

O que nós pretendemos, é dar cumprimento à lei que aí está feita pelo Legislativo, para que seja respeitada, e, ninguém mais do que a nós cabe cumpri-la; no instante que nós votarmos aqui o Projeto de Lei Trajano Bastos - que eu tenho certeza que haverá de receber sanção governamentar desde que publicada - nós estaremos dando acolhimento a requerimentos desta natureza. O que nós não podemos aceitar tão somente, é que nos coloquem como se fôramos nós aqui da Arena, Deputados que têm tido a preocupação de zelar para que a administração aja de maneira a atender os reclamos do povo, que se atenda sempre, que se mantenha dentro do que é mais honesto e mais correto e que se pretende incompatibilizar esta bancada que é de homens dignos, com a opinião pública na votação de um simples requerimento de matéria que para mim é redundante, no resto que foge à pergunta especificamente feita no affaire da Paranatur.

Era esta a concepção que eu queria dar neste, quero crer, final de discussão.

Muito obrigado, Sr. Presidente - Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE - Queremos informar ao Deputado, que, a assessoria solicitou à Secretaria desta Casa a localização deste processo. Até o presente instante não foi possível a localização do mesmo, mas, temos certamente a resposta que oferecerá plenas condições ao ilustrado plenário desta Casa para apresentar sua decisão, baseada na mesma informação do autor da Questão de Ordem, de que o requerimento foi encaminhado ao Ar. Governador do Estado. Assim sendo, temos a informar que o Governo do Estado não tem prazo estabelecido para prestar informações solicitadas; assim sendo, V. Exa. tem a resposta à sua indagação, e acreditamos estar o plenário informado de que, possivelmente esta Casa não tenha ainda recebido os esclarecimentos o que pode também ter acontecido visto que a Secretaria desta informa, naturalmente, o autor da matéria e o mesmo se encontra ausente da Casa, nesta oportunidade.

O SR. ENÁS FARIA - (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, eu manteria a indagação, mesmo porque quando trouxe à baila um problema de outro requerimento, ofereceu-se tão somente o nome do seu autor, disse-o aprovado, mais tarde com o testemunho e a fé do eminente Deputado Osvaldo Macedo se conheceu aproximadamente a data de sua publicação mas não se fixou, e ninguém se recorda a quem foi dirigido o requerimento de informações, se ao Sr. Governador do Estado ou se ao Sr. Secretário de Imprensa. Portanto, eu manteria a solicitação que fiz à Mesa, e quem sabe a Casa ainda possa nos informar?

O SR. PRESIDENTE - Pretendemos a informação que pudemos obter até o presente instante, ao ilustre Deputado, a informação de que a matéria teria sido endereçada ao Sr. Governador do Estado partindo do plenário desta Casa. Tiveram V. Exas. a oportunidade de provocar um retardamento na apreciação e na decisão da Casa, que se relaciona ao requerimento do ilustre Deputado Edilson Alencar. Se realmente foi endereçada ao Sr. Governador do Estado, tenho a esclarecer, não tem ele obrigação de lei, em prazo determinado, de oferecer respostas às interrogações o que, ao meu ver, sem influenciar, sem deixar a posição de magistrado, na oportunidade, de validade ao requerimento endereçado ao Sr. Secretário de Indústria e Comércio, setor responsável, de acordo com a reforma administrativa pela indagação apresentada no presente requerimento. Assim sendo, permanece em votação o requerimento do Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. TRAJANO BASTOS - (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito embora se pretenda dar uma conotação diferente ao que pretende o autor do presente requerimento, que é o de trazer a esta Casa e ao povo do Paraná informações sobre a aplicação de dinheiros públicos, louvável é a atitude do nobre Depu-

tado Edilson Alencar. Nem de longe nos move a intenção de taxarmos os ilustres Deputados da Arena de coniventes e acobertadores de atos ilegais. Acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que muito pelo contrário, quando se pretende uma informação desta ordem e que está em jogo a reputação do Estado, é para o mesmo Estado útil que se levantem estas premissas, para que se organize, fique absorvido de qualquer dúvida que possa pairar sobre a sua idoneidade.

Existe um princípio de direito universal, Sr. Presidente, que diz que todo aquele que tem sob a sua guarda bens, valores ou dinheiros públicos, dele é obrigado a prestar contas. Este é o princípio filosófico que orientou a elaboração do projeto que visa a organização da empresa de administração indireta e a Paranatur, no caso como recebe verbas orçamentárias, portanto, dinheiro do povo do Paraná, deve ela ao Poder Legislativo, a sua prestação de contas. No caso presente, como bem afirmou o ilustre Líder Muggiati Filho, é de se preocupar mais com o lado moral do que propriamente legal do requerimento. Quer nos parecer que não seria desairoso ver o Governo deste Estado, aprovado por este Poder, um pedido de informações e é nestas condições que reafirmo a nossa posição favorável ao requerimento do ilustre Deputado.

Nada tem a perder a ilustre bancada da Arena, a Paranatur e o Governo.

que es esclarece a esta Casa e ao povo do Paraná como e onde a Paranatur aplica dinheiro oriundo do Governo do Estado, e, portanto do povo.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador). -

O SR. PRESIDENTE - Continua em discussão o requerimento.

Para encaminhar a votação, tem a palavra, o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha participação neste debate é meramente para esclarecer à Casa que a Lei Federal que promoveu a fiscalização das entidades abrangidas pela administração indireta é extensível aos estados membros. Contudo, apenas não regula o modus operandi de sua aplicação.

Isso será objeto da Lei Estadual, que teve origem numa proposta de Lei do eminente Deputado Trajano Bastos, e que recebeu de mim, emenda substitutiva que pretende regular a maneira pela qual a Assembléia Legislativa, através de seu órgão auxiliar, o Tribunal de Contas, exerce a fiscalização, das entidades da administração descentralizada ou indireta, vale dizer, as autarquias, as empresas públicas, as sociedades de economia mista, e também as fundações que têm personalidade jurídica de direito privado.

Assim, entendo, sem entrar no mérito do requerimento que mais apropriado seria que se aguardasse esta Lei já em regime de urgência.

Daria ao Poder Legislativo um roteiro seguro e juridicamente válido para que se analisasse as contas de qualquer empresa pública do Estado do Paraná.

Era a informação que eu me senti compelido a fornecer neste debate.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enás Faria.

O SR. ENÁS FARIA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desejo iniciar, lamentando a morosidade com que se processa a diligência solicitada à Mesa, no sentido de que fosse este plenário informado a respeito do requerimento já ventilado.

Mas, a valer, Sr. Presidente, a vaga alegação de que teria sido dirigido ao Governador do Estado, e portanto, sem prazo para remessa de informação. A valer esta alegação muito vaga, ela traz, maior validade, maior oportunidade ao requerimento

proposto pelo Deputado Edilson Alencar, porque torna atual e necessário que volte esta Casa a cobrar do Poder Executivo as informações que há mais de cinco meses foram solicitadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, permitam-me que cumprimente e parabeneze o líder da bancada arenista pela sua capacidade, seu talento, sua brilhante inteligência, porque, mais uma vez, fez valer suas excelentes virtudes para por mais de duas horas colocar esta Casa num labirinto a discutir uma questão a que não se refere o requerimento do Deputado Edilson Alencar.

S. Exa. trouxe, para os homens de sua bancada, o estigma de convivência e acobertamento de corrupção que ninguém falou para depois sacudi-los tentando transferir à bancada da Oposição o estigma que está a propor, de ilegalidade, neste Poder Legislativo.

Sr. Presidente, gostaria, porque me parece mal informada a Casa, de ler os termos do requerimento do Deputado Edilson Alencar, que parece poucos leram, poucos ouviram, dirigido ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, que seja enviado pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário da Indústria e Comércio do Estado do Paraná:

1 - Qual foi o total das verbas destinadas à propaganda durante os primeiros nove meses deste ano;

2 - Qual a relação das empresas que prestaram durante esse período de tempo serviço de assessoria, planejamento, propaganda e outros serviços ligados à divulgação do Estado;

3 - Qual o total de verbas e sob que rubricas e respectivos credores foram feitos os pagamentos nesse período a título de divulgação e propaganda;

4 - Quantas concorrências foram feitas nesse período de tempo, com o objeto a que se referiam, com a respectiva cópia de editais e veículos que os transmitiriam;

5 - Quais foram as firmas em cada concorrência, que participaram e qual foi o resultado, com as respectivas atas de julgamento?

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1975.

a) EDILSON ALENCAR”.

O SR. IVO THOMAZONI — Gostaria que V. Exa. lesse a justificativa.

O SR. ENÉAS FARIA — S. Exa. nos conchama a ler a justificativa, como poderíamos também nos ater ao encaminhamento do requerimento feito pelo Deputado. Mas o que importa é o texto do requerimento, o que importa é o que diz o requerimento e a quem se dirige.

Não vejo ilegalidade ou impossibilidade de tramitação do requerimento. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho louvável a atitude do Deputado Edilson Alencar, em querer através de um requerimento endereçado ao: Secretário da Indústria e Comércio, saber dos destinos de determinada importância do Governo do Estado.

Mesmo porque, Sr. Presidente, lá na PARANATUR tivemos conhecimento esta semana de que existem funcionários contratados, que nem sequer moram no Paraná, ganhando cerca de 7 mil cruzeiros mensais.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho necessário que se ocorra com funcionários o que está ocorrendo na PARANATUR, não vejo nada de mais no que pretende o requerimento do Deputado Edilson Alencar, que quer saber sobre verbas da PARANATUR.

Para não me alongar, Sr. Presidente, voto favoravelmente

ao requerimento de pedido de informações do nobre Deputado Edilson Alencar.

Era só, Sr. Presidente — Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Antes de colocar em votação o requerimento, devo informar ao nobre Deputado que solicitou informações, em Questão de Ordem, que no Livro de Registro da matéria dos ilustres Deputados, sendo que o nome do ilustre Deputado Muaircio Fruet não foi localizado como autor da matéria com esse mesmo objetivo, ou com a mesma solicitação presente neste requerimento.

A título de esclarecimento, informamos à Casa de que a súmula do requerimento não contém, assim como a justificativa, o retrato fiel do solicitado nas indagações.

E o que vale para este Poder, para esta Casa, são as informações que solicita o Deputado. Deixando então na expedição da Secretaria da Casa de fazer referência à justificativa ou súmula.

Assim sendo, colocamos em votação o requerimento de autoria do nobre Deputado Edilson Alencar.

Rejeitado.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeriro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

— (É feita a verificação).

24 Srs. Deputados rejeitam o requerimento; 17 aprovam. — Rejeitado.

O SR. NILSO SGUAREZI — (Pela ordem) Sr. Presidente, será que neste Estado do Paraná as autoridades que recebem uma calúnia, que recebem uma difamação, inclusive consta da Lei de Segurança Nacional, e na Lei da Imprensa, que está aqui e quero rememorar aos Srs. Deputados que negaram a este requerimento e sabem, objetivamente, que isto constitui crime contra a PARANATUR.

Art. 16 da Lei de Imprensa: **Publicar ou divulgar notícias falsas ou fatos verdadeiros truncados ou deturpados, que provoquem:**

II — desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica”.

Inclusive o nobre líder deve saber que consta do novo

Código Penal, que entrará em vigor no próximo ano, como crime comum.

A Lei de Segurança Nacional diz também, em seu art. 16:

“Divulgar, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa ou fato verdadeiro truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas”.

“Pena — Reclusão de seis meses a dois anos”.

Eminente Líder, faço uma sugestão: V. Exa. como representante do Governo nesta Casa, encareça ao Presidente da PARANATUR ao Chefe daquela empresa ao Estado, vinculada à Secretaria de Indústria e Comércio, que não fique calado, que apele para a Lei, que exija a responsabilidade de um órgão da imprensa, para que não sejamos vítimas de uma imprensa que está mal informada.

V. Exa. disse, tenho aqui as notas taquigráficas: “O que não podemos permitir nesta Casa é notícias vinculadas por determinado órgão de divulgação, que notícia publicada por interesse de empresa publicitária concorrente àquela que venceu a licitação, tenha aqui esta credibilidade e daí passe a assacar contra um órgão governamental contra o Governo e contra a Arena, como acobertadores de corrupção administrativa”.

Acatamos a decisão desta Casa, realmente, não nos cabe investigar porque a Maioria decidiu.

O SR. IVO THOMAZONI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Naturalmente V. Exa. está fazendo uma declaração de voto. Não havia necessidade disto porque o conheço. V. Exa. sempre foi muito cioso em defender seus pontos de vista.

Conheci V. Exa. combatendo a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional veementemente, dizendo que elas são, pelo que dizia V. Exa., o enterramento da liberdade e que ferem os direitos universais do homem e outras coisas mais.

Hoje folgo em ver que V. Exa. invoca a Lei de Imprensa. O SR. NILSO SGUAREZI — A Lei de Imprensa é constituída de vários artigos e diversas disposições. Quando combato uma lei, combato as partes falhas.

O SR. IVO THOMAZONI — Gosto de dialogar com V. Exa. porque é altamente democrático quando confessa que aceita a decisão da Maioria. Eminentíssimo Deputado, não ficaria bem para a bancada da Arena, se a liderança não trouxesse para o conhecimento desta Casa, com detalhes, tudo que ocorreu acerca da licitação contestada pelo eminentíssimo Deputado Edilson Alencar.

Votamos como votamos por princípio e também desejando cumprir a Lei. Estamos certos de que não hoive no episódio nenhuma desonestidade. Não podemos estar, permanentemente, assacando contra a imprensa, pretendendo que ela não tenha a liberdade total de dizer o que pretende. É natural, eminentíssimo Deputado, que o órgão que está assacando contra a direção da PARANATUR, contra a Superintendência da PARANATUR, contra a Presidência da PARANATUR, desde que seja esclarecido o órgão terá que oferecer o mesmo espaço reservado à defesa da PARANATUR. Se ele se negar, aí sim, às sanções da lei, do contrário nada mais que isto.

O SR. NILSO SGUAREZI — Considero-me integrante deste

Governo na parte que cabe a nós da Oposição. Quando saímos desta Assembléia, alguns elementos do povo que sabem que a nossa intenção mesmo seria de investigar o fato, nós perguntam: E agora o que vai ser feito? Acredito que esses órgãos de imprensa não divulgaram notícias, omitiram opiniões. Para mim o termo "marmelada" é uma opinião e foi divulgada.

A minha sugestão é que a PARANATUR esclareça à opinião pública e principalmente a esta Casa.

O SR. IVO THOMAZONI — Disto V. Exa. não tenha dúvida. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. EDILSON ALENCAR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente rejeitado fora por esta Casa, o nosso requerimento, que pedimos explicações à PARANATUR, sobre a comentada marmelada acobertada por aquela empresa.

Lamentavelmente o povo do Paraná, graças à posição marcada da Arena, que procura por todos os meios e por todas as formas impedir que Secretarias e empresas prestem informações do que fazem, do que gastam, onde aplicam o dinheiro público.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inconformado que estamos pela rejeição do nosso requerimento, prometer à Casa, que nossa luta não parou. Continuaremos a exigir da PARANATUR, prestação de contas e em breve voltaremos a esta Casa, para pedir à PARANATUR prestação de contas, argumentando e retrucando o pronunciamento do líder da bancada do Governo que o nosso pedido fora global e não determinado.

Mas voltaremos com novo Pedido de Informações, pedindo que ela explique ao Paraná, ao povo do nosso Estado e envie o nome das firmas que participaram da última concorrência pública por ela instituída. Voltaremos aqui e queremos ver, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se a argumentação do Líder da Arena vai perpetuar, porque se assim o for, no próximo pedido de informações teremos do nosso lado a bancada da Arena e a palavra do Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni.

Voltaremos com um novo Pedido de Informações dentro de dias, à PARANATUR.

Era isto, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 63/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 64/75 e de Lei nºs 96/74, 96/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 65/75 e 66/75.

marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 10, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDM EDO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução nºs 54/75, 55/75, 56/75, 57/75, 58/75 e de Lei nºs 257/71, 213/72, 190/74, - 48/74, 48/75, 74/75

Levanta-se a Sessão.